



Precatório nº: 1299/2012 Alimentar
Credor: Pedro Ponsoni
Devedor: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Advogado(s): Sérgio Botrel Vilela OAB/MG 80.601
Extrato de decisão/despacho: Intime-se Pedro Ponsoni, credor deste precatório para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os valores depositados pela autarquia devedora e para requerer o que considerar de direito, com o intuito de obter a quitação do saldo a ela devido pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Precatório nº: 1389/2008 Alimentar
Credor: Maria Geralda de Moura
Devedor: IPSP – Inst. Prev. Serv. Militares de MG
Advogado(s): Hamilton Gomes Pereira OAB/MG 82.331.

Extrato de decisão/despacho: Por ordem do juízo da execução, que homologou a renúncia por parte da credora do valor superior ao crédito pretendido, CANCELO e JULGO EXTINTO este precatório. Encaminhem-se, oportunamente, os autos à Central de Arquivos para a sua baixa, em função do seu cancelamento.

Precatório nº: 3310/2004 Comum
Credor: Rede Ferroviária Federal S/A
Devedor: Estado de Minas Gerais
Advogado(s): Alcides Tavares Teixeira OAB/MG 14.108.

Extrato de decisão/despacho: Com base na leitura do art. 1º da Portaria nº 1106/1998 TJMG, “discussões de mérito em Precatórios Judiciais deverão ser formalizadas no juízo deprecante, a quem compete dirimir eventuais erros materiais suscitados naqueles autos...” Igual entendimento pode ser extraído a partir da primeira parte do art. 341 da Resolução 420/2003, com suas alterações posteriores (Regimento Interno TJMG): “Não caberão, nos autos de precatório, discussões de mérito, que deverão ser resolvidas no juízo de origem...” Diante do exposto, não há como atender o pedido de fls. 27/29, por não ser esta Central de Precatórios o juízo competente para apreciar o que fora requerido. Dê-se ciência.

Precatório nº: 2030/2010 Alimentar
Credor: Sílvio de Almeida e outro
Devedor: Estado de Minas Gerais
Advogado(s): Marina Pimenta Madeira OAB/MG 68.752.

Extrato de decisão/despacho: Diante da documentação trazida pela procuradora e juntada aos autos deste precatório, defiro o pedido e determino que seja preservado o valor referente aos honorários contratuais, objeto do requerimento ora apresentado. Registre-se a advogada Marina Pimenta Madeira OAB/MG nº 68.752 como beneficiária do valor dos honorários contratuais apontados no requerimento, para que ocorra a sua regular quitação no momento do pagamento do crédito deste precatório.

Precatório nº: 1320/2009 Alimentar
Credor: Joaquim de Souza Maia e outros
Devedor: Município de Belo Horizonte
Advogado(s): Felisberto Egg de Resende OAB/MG 50.328; Dione Ferreira Santos OAB/MG 62.567 – Procuradora do Município.

Extrato de decisão/despacho: O esclarecimento do juízo da execução não trouxe nenhum fato novo aos autos. Uma vez que o mérito da causa ainda está sendo discutido neste Tribunal de Justiça através da via recursal, este precatório continua suspenso. Aguarde-se até que o precatório possa retomar o seu curso normal, depois da solução da controvérsia.

Precatório nº: 949/2009 – Alimentar
Credor: Maria Rodrigues Duarte e outros
Devedor: Município de Belo Horizonte
Advogado(s): Dione Ferreira Santos OAB/MG 62.567.

Extrato de decisão/despacho: A Resolução nº 420/2003, que trata do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, regulamenta em seu art. 330 as hipóteses em que é admissível a interposição de Agravo Regimental.(...)Da análise dos autos deste precatório, não se vislumbra nenhuma das circunstâncias previstas que ensejariam o cabimento da espécie recursal utilizada pela Procuradora Municipal.(...)Assim, diante da ausência dos pressupostos de admissibilidade recursal, previstos na Resolução nº 420/2003 e alterações, do TJMG, não conheço do recurso interposto pelo Município de Belo Horizonte.

Precatório nº: 7-A/2011 Alimentar
Credor: Daniel Augusto Reis de Oliveira
Devedor: Município de Lima Duarte
Advogado(s): Daniel Augusto Reis de Oliveira OAB/MG 81.790.

Extrato de decisão/despacho: Tendo em vista que o pagamento referente aos Precatórios 7 e 8/alimentar foi efetuado antes da reclassificação do Precatório 7/Comum para 7-A/Alimentar, não houve quebra da ordem cronológica.

Aguarde-se o pagamento do crédito devido.

Precatório nº: 359/2012 Comum
Credor: Terezinha de Assis Espírito Santo
Devedor: Município de Betim
Advogado(s): Antônio Justino Pereira Novais OAB/MG 59.815.

Extrato de decisão/despacho: Noto que houve através da decisão de fl. 31, a nomeação do Dr. Antônio Justino Pereira de Novais como curador especial de Terezinha de Assis Espírito Santo. Dessa forma, proceda-se ao cadastramento do referido advogado nos registros do precatório.

Precatório nº: 2/1982 Comum
Credor: Indústrias Wagner S/A
Devedor: Município de Andradás
Advogado(s): Jacob Eisenbaum OAB/SP 11.360, Regis Alexandre Hipólito OAB/MG 846.875.

Extrato de decisão/despacho: Tendo em vista os documentos apresentados pelo Município de Andradás, intime-se, a parte credora para manifestar-se acerca da quitação do débito, no prazo de 10 dias. Após, conclusos.

Precatório nº: 985-C/2005 Alimentar
Credor: Maria da Conceição Aparecida Alvarenga e outros
Devedor: Estado de Minas Gerais

Advogado(s): Geovanni Peixoto Silva OAB/MG 64.440; Karen Oliveira Wendlin OAB/RS 56.508.

Extrato de decisão/despacho: Através da petição de fls. 140/191, Gran Sapore Br Brasil S.A, comunica que recebeu por cessão, direitos creditórios de W Sul Gestão Tributária Ltda., adquiridos da credora original Maria Conceição Aparecida Alvarenga, nestes autos de precatório.

Dê-se ciência à entidade devedora sobre essa cessão para os fins de direito (EC nº 62, art. 97, caput, c/c art. 100, § 13 e 14, CF).

Tiago Nogueira Starling
Assessor de Precatórios

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços

Gerente: Maria da Conceição Gabriela S. Moraes

30.05.2012

1º Termo Aditivo

Ata de Registro de Preços nº: 012/2011
Validade: 16.06.2012
Processo nº: 0564/2011
Licitação nº: 057/2011 – Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de móveis de madeira.
Lote 5 – UNITÁ INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.
Altera-se o prazo de vigência previsto na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços, prorrogando-o até 16.06.2013.

3º Termo Aditivo

Ata de Registro de Preços nº: 015/2010
Validade: 01.12.2012
Processo nº: 1312/2010
Licitação nº: 076/2010 – Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliários de aço, melamínico, cadeiras e poltronas.
Lote 4 – MAMUTE BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) ao quantitativo inicialmente previsto no Anexo I, com exceção do item 4.1.

Comissão Permanente de Licitação

Julgamento da Habilitação (Replicado por incorreção)

Licitação: 052//2012
Processo: nº 2306/2011
Modalidade: Concorrência
Objeto: Obra de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Frutal/MG.
Foi habilitada a empresa EHS Construtora e Incorporadora Ltda.
Abre-se o prazo de recurso nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.
A sessão pública para abertura do envelope de proposta será realizada no dia 11/06/2012 às 09:00 hs, na Rua Timbiras, 1.802 Centro – Belo Horizonte – MG. Em 29/05/2012
a) Comissão de Licitação

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
30.05.2012

Contrato (Extrato)

Petrobrás Distribuidora S/A. - Ct. 212/2012 de 30.05.2012 – Processo: 773/2012 – Objeto: Fornecimento de combustíveis automotivos, gasolina e álcool, na modalidade CIF, para Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. Vigência: 30.05.2012 a 30.11.2012. - Valor do Ct.: R\$ 225.474,00 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.26 – Combustíveis e Lubrificantes para Veículos Automotores.

Termo Aditivo – Contrato (Extrato)

Nelson Rodrigues Colhado e Alice Pacheco Colhado 3ºTA de 30.05.2012 ao Ct. 270/2008 de 13.10.2008 - Objeto: Alteração de cláusula - Vigência: 30.05.2012 a 13.10.2013. – Valor do termo: Sem alteração.

Convênios – Extratos

Município de Ibitité/MG - Cv. 058/2012 de 04.05.2012. – Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes visando ao